

DIACRONIAS DA VIOLÊNCIA NO BAIXO JAGUARIBE (CE): MARCAS HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS

Juscelino Eudâmidas Bezerra

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Presidente Prudente

Professor do curso de Geografia da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina

juscelino.bezerra@upe.br

INTRODUÇÃO

Na edição de Junho de 2010 do Boletim DATALUTA¹ publicamos um pequeno texto (BEZERRA, 2010) em forma de protesto após um mês da morte do líder comunitário Zé Maria da comunidade do Tomé localizada na Chapada do Apodi, município de Quixeré (CE). Na ocasião fizemos menção ao que chamamos de o encontro da pesquisa com a violência, lembrando os diversos casos de mortes de trabalhadores entrevistados ao longo das experiências de pesquisa desde a iniciação científica. Com a finalização do doutorado voltamos ao tema com o intuito de contribuir para a reflexão sobre a questão agrária brasileira e os conflitos territoriais envolvendo a produção e reprodução do agronegócio na região do Baixo Jaguaribe² situada no nordeste do estado do Ceará.

A história do Baixo Jaguaribe é marcada pela forte presença indígena e pela ocupação do território via expansão da economia pastoril desde o período colonial, sucedendo-se, ao longo dos séculos, juntamente com a exploração das várzeas, tabuleiros e da chapada mediante a prática de uma agricultura de subsistência (SOARES, 2000). Destacaram-se também, ao longo da história, a importância da exploração do cultivo de algodão, da cera da carnaúba³ e das olarias, atividades essas espalhadas por vários municípios da região.

Foi somente com o advento de políticas públicas de fortalecimento da agricultura irrigada, em meados da segunda metade do século XX, que pudemos falar na superação (no seu sentido dialético) de atividades econômicas de menor composição orgânica do capital. A partir de então, ganhou expressão a produção de frutas tropicais, tornada realidade pela implantação dos perímetros irrigados e de importantes infraestruturas hídricas de suporte à atividade da agricultura, libertando aqueles que possuem acesso à água da dependência da agricultura de sequeiro.

Uma nova ruptura se estabeleceu, quando grupos econômicos de maior monta, empresas nacionais e transnacionais, integradas à rede de produção global da fruticultura (BEZERRA, 2012), instalaram-se no Baixo Jaguaribe, interessadas na produção de frutas voltadas para a exportação no final da década de 1990, início do século XXI. É nesse momento que o Estado do

¹ Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_06_2010.pdf.

² No presente artigo consideramos a região do Baixo Jaguaribe o recorte territorial formado pelos municípios pertencentes à sua microrregião geográfica, quais sejam: Alto Santo, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

³ Pertencente à família das palmáceas, compõem parte da vegetação típica de grandes extensões do território cearense, caracterizando principalmente a vegetação de mata ciliar. A cera produzida a partir das carnaubeiras foi responsável por um importante ciclo econômico na economia cearense em virtude da sua utilização em diversos ramos como a indústria de ceras, bem como do artesanato local.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em www.fct.unesp.br/nera

Ceará se consolida como um dos maiores exportadores de frutas frescas do Brasil, notadamente a produção de melão.

Os dados mais atuais da Produção Agrícola Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao ano de 2012 revelam a importância do Ceará e do Rio Grande do Norte como os principais produtores de melão do país. Somente as microrregiões do Baixo Jaguaribe e Litoral de Aracati no Ceará foram responsáveis por 37% da área plantada e 38% da quantidade produzida (toneladas) de melão no Brasil. Em conjunto, ao agregar os dados das microrregiões cearenses com a microrregião vizinha de Mossoró, no Rio Grande do Norte os números saltam para 73% da área plantada e 79% da quantidade produzida.

Como reflexo de todos os eventos supracitados, vários pesquisadores se debruçaram na análise sobre a conformação do Baixo Jaguaribe na economia globalizada e na nova divisão territorial do trabalho, ressaltando inúmeros aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais (ELIAS, 2002, 2006a, 2006b; MUNIZ, 2004; SANTOS, 2004; CHAVES, 2004; GOMES, 2007; BEZERRA, 2008; FREITAS, 2010; RIGOTTO, 2011).

Em paralelo ao processo de desenvolvimento do agronegócio frutícola no Baixo Jaguaribe, os conflitos pululam ao sabor de qualquer observação, incorporando definitivamente a cultura do medo e da impunidade. A escalada da violência acomete as regiões de expansão do agronegócio como parte da sua própria lógica. Por isso, a necessidade de entendermos brevemente a gênese da violência na região em apreço.

A GÊNESE DA VIOLÊNCIA E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA PISTOLAGEM

Sabemos que um dos vários aspectos que definem uma região é justamente seu referencial simbólico, identitário, formado a partir dos valores culturais atribuídos e aceitos. Tais “marcas” projetam uma imagem peculiar cuja força e difusão, extrapolam as fronteiras regionais e ganham o mundo. Essas imagens e referenciais, mesmo quando completamente questionáveis e/ou fundamentadas num completo estereótipo, passam a fazer parte da própria ideia sobre a região.

No caso das regiões do agronegócio, para além do seu aspecto econômico, elas conformam uma organização social rica em tradições e culturas, heranças de vários povos que habitaram/habitam os sertões, marcando a história dos camponeses do sertão, da chapada, dos tabuleiros e várzeas. Contudo, tais imagens são constantemente olvidadas para destacar a imagem do sertão semiárido como região dominada pela pobreza e por ser *lócus* da violência. Nesse caso, trata-se, principalmente, da violência de cariz rural assinalada por disputas de terras, contendas e conflitos entre famílias tradicionais, a morte como defesa da honra e da profusão de crimes políticos. Nesse contexto, ganha destaque uma personagem historicamente associada ao sertão, qual seja: o pistoleiro.

A imagem do sertão como espaço da violência está em completa consonância com o processo histórico de ocupação. O conflito entre colonizadores e as populações indígenas, não

obstante o grande potencial de resistência dos índios, resultou no extermínio destes que foram os habitantes primevos dos sertões.

A História ressalta eventos importantes que podem explicar, em parte, a gênese do sertão (em muitos casos, o sertão é visto, também, enquanto fronteira e por isso mesmo, contendo todas as significações apontadas por MARTINS, 1997), como território da violência. Puntoni (2002), ao tratar da famosa Guerra dos Bárbaros durante toda a segunda metade do século XVII, salienta os inúmeros conflitos entre portugueses e povos indígenas, marcadamente, Tapuias (Tarairiú, Janduí, Ariú, Icó, Payayá, Paiacu). O aumento dos conflitos deu-se, sobretudo, após a expulsão dos holandeses em 1654. Segundo o autor, a motivação para escalada de tais conflitos nos sertões setentrionais tinha como pretexto a expansão da economia pastoril. Os portugueses eram tidos pelos Tapuias como um povo violento, sanguinário e usurpador.

Já os portugueses viam os Tapuias como bárbaros (ao contrário dos habitantes do litoral), indolentes, sem alma, o que justifica a prática da Guerra Justa. Para além das visões mais subjetivas sobre o ser indígena a partir da ótica do colonizador, outro fato que contribuiu para a intensificação da disputa contra os Tapuias foi a relação particular desses com os holandeses. Embora as documentações que tratam desses eventos sejam, em grande parte, centradas na perspectiva dos colonizadores, é importante ressaltar o testemunho do índio Antônio Paraupaba, escrito em 1656, e analisado por Hulsman (2006). No referido relato, o índio Paraupaba clamava por ajuda dos Holandeses no combate aos portugueses e como seu súdito fiel sugeriu:

É chegada a hora em que V.as Ex.as podem se vingar dessa nação esquecida por Deus, que não exitou em importunar os ossos dos súditos de V.as Ex.as nos seus lugares de descanso, que os desenterrou nas igrejas e nos cemitérios com esse fim, e jogou no mar os ossos das crianças na presença dos pais, os dos pais na presença das crianças, os das esposas na presença dos maridos e dos maridos na presença das esposas, colocando-os em latrinas para maior ofensa e ferimento do coração. Esta presente oportunidade foi entregue nas mãos de V.as Ex.as por este grande Deus. Se a deixarem passar, vão causar um furto de bens sem fim dos pobres e angustiados súditos de V.as Ex.as. Sim, vão causar a perdição inteira e extermínio total dessa nação miserável dos Brasilianos, que foi tão valiosa para V.as Ex.as e este Estado, e que os sanguinários Portugueses tentaram de tempos em tempos e de todas as formas extinguir por completo, vendo que a sua tirania aí não poderia ser estabelecida sem o extermínio dessa nação (ANTONIO PARAUPABA apud HULSMAN, 2006, p.62).

Os índios entraram em conflito com os portugueses pelos mais variados motivos. Todavia, a ação que mais prejudicava o projeto colonial e que, por tal razão, motivou ações violentas dirigidas aos índios foi, sem dúvida, o ataque aos rebanhos, até então, o principal produto econômico dos sertões. Puntoni (2002, p. 129; 132) faz referência à carta do Governador Matias da Cunha, em 1688, quando o mesmo declarou que os bárbaros haviam matado, em 1687, pelo menos 100 pessoas, entre brancos e escravos e destruído mais de 30 mil cabeças de gado. Desta feita, sobre o conflito entre o colonizador português e os povos indígenas conclui Puntoni (2002, p. 132): “Para além desses ódios tradicionais, é certo que a reação dos tapuias deveu-se muito mais

à pressão sufocante do avanço da economia pastoril, que demandava mais terras e mão-de-obra, fatores que implicavam arrocho sobre as populações da fronteira”.

Esse “arrocho” sobre as populações indígenas promoveu uma militarização do conflito. Nesse sentido, os próprios índios passaram a desenvolver táticas de guerra peculiares (OLIVEIRA; FREIRE, 2006) e participaram também como força militar ao lado dos colonizadores ajudados também por luso-brasileiros organizados nas bandeiras paulistas. Conforme aponta Dias (2001, p.14), a resistência indígena alcançou um patamar importante, exigindo a mobilização por parte da Coroa Portuguesa de todas as forças militares da região. Daí concordarmos com Oliveira e Freire (2006, p.55) quando afirmam que “A ‘guerra dos bárbaros’ revelou que as atitudes indígenas de reação à colonização foram complexas, envolvendo articulações diversas entre populações, além de reelaborações socioculturais”.

A violência propiciada pelo projeto colonial de ocupação compulsória do território ganhou relevo com a criação da Lei de Terras, em 1850, e a conseqüente transformação da terra em mercadoria. A partir de então, a lógica da propriedade privada passou a balizar e dar sentido ao avanço do capital no campo e o conflito se tornou perene e ubíquo em todo o país.

No Baixo Jaguaribe esse processo não foi diferente, pois os conflitos fundiários perduraram ao longo da história, alimentados pela vivacidade das disputas por terra. Com o passar do tempo, novos sujeitos entraram em cena, porém o sentido da extorsão, da autoridade e como corolário, a persistência da violência como prática social continuou a vigorar. E desse modo, atravessou gerações compondo a organização política da colônia, do império, da república, da ditadura militar e, por fim, do período de redemocratização.

Nos últimos anos, os atos de violência caracterizam-se por crimes de encomenda motivados por disputas políticas, interpessoais, familiares e questões fundiárias, para além dos crimes comuns cotidianos provocados por pequenos furtos, roubos e assaltos, principalmente nas cidades de maior porte, a exemplo de Limoeiro do Norte e Russas. O que mais chama atenção na violência ocorrida nessa região, por sua vez, é o papel de destaque dos inúmeros crimes de pistolagem estabelecidos como prática comum na resolução de conflitos. O que explica em parte a associação quase que automática da região do Baixo Jaguaribe como uma verdadeira terra de pistoleiro, ou seja, uma marca própria da região (CAVALCANTE, 2004).

Pelo destaque dos crimes de pistolagem e pela necessidade de compreender esse tipo de violência e sua organização, vários pesquisadores tem se dedicado ao estudo do que Barreira (2006) tem chamado de “sistema de pistolagem”. Para o autor, os crimes por encomenda estão inseridos numa complexa engrenagem. Nesse sistema, o pistoleiro representa o autor material na execução do assassinato cujo contrato para a realização do “serviço” / “trabalho” pode ou não envolver um intermediário contactado pelo autor intelectual do crime. Para Barreira (2006), a figura do intermediário representa além da profissionalização da pistolagem, a “institucionalização de um sindicato do crime”. O intermediário é tido como um “corretor da morte”, sendo responsável por estabelecer as famosas listas com o valor de mercado de cada vítima.

De acordo com De Paula (2010, p.62), na organização mais atual dos crimes por encomenda, novos agentes ganham destaque, em especial, os chamados protetores e/ou apoiadores que garantem a proteção do matador de aluguel após o crime. Essa proteção, segundo o autor, pode ser motivada por admiração aos valores que cercam o pistoleiro (valentia, coragem, virilidade); a existência de relação familiar com o matador ou mesmo com outros participantes do crime e, por fim, a proteção pode ocorrer pelo medo ou ameaça de morte.

Quando interrogamos acerca da extensão do sistema de pistolagem, podemos observar a participação de uma gama de sujeitos (políticos, empresários, funcionários públicos, policiais, fazendeiros, agricultores camponeses etc) articulados com vários níveis de poder, seja na esfera do público ou do privado. Outro traço marcante da modernização do sistema de pistolagem identificado por Barreira (2006) é que ela não pode ser mais associada apenas ao espaço rural e aos seus respectivos círculos de poder. Ainda, segundo Barreira (2006), a “dispersão espacial dos pistoleiros” para as periferias das cidades dificultou o trabalho de identificação dos responsáveis pelos crimes de mando:

A perda de um vínculo com determinado proprietário rural (que era o patrão e protetor), ao lado da dispersão espacial de atuação, e da proliferação das atividades que atualmente são executadas pelos pistoleiros impedem a delimitação espacial dessa categoria, deixando aos órgãos de segurança certa intranqüilidade. Antes da profissionalização dos pistoleiros, tornava-se mais fácil perceber sua atuação e ter o seu controle. Ou seja, muitas vezes identificavam-se os autores dos crimes, conforme a localidade (BARREIRA, 2006, p.47).

A profissionalização e a maior capilaridade do sistema de pistolagem dificultam ainda mais o combate, permitindo-nos confirmar a disseminação dos crimes por encomenda para além das disputas envolvendo o mundo rural e seus códigos de valores. Apesar da maior difusão dos matadores de aluguel em vários contextos socioespaciais, não podemos deixar de destacar que o rural continua a ser o *locus* privilegiado da pistolagem. Porém, ao estabelecermos essa correlação, devemos contextualizar a prática da pistolagem no momento atual, marcado pelo avanço do agronegócio globalizado no território brasileiro. Afinal, os casos de violência que continuam a comparecer no espaço rural hodiernamente devem ser compreendidos pela expansão do capital nas fronteiras agrícolas, como também nos locais tradicionais da agricultura. Esses espaços caracterizam-se pela presença de grupos empresariais nacionais e multinacionais cujas práticas econômicas são permeadas pelo conflito social, pela expropriação de camponeses, trabalhadores rurais, posseiros, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades de fundo de pasto.

Diante do exposto, devemos considerar a violência rural, na atualidade, no contexto de expansão do agronegócio. Somente assim, podemos identificar quais são os novos agentes que dão vida e dinamicidade ao sistema de pistolagem, entre outras formas de expressão da violência. Por esta razão, mais uma vez o Baixo Jaguaribe comparece como exemplo chave do vínculo entre violência e agronegócio, porquanto a ocorrência de graves casos envolvendo a morte de

trabalhadores, do qual temos como referência basilar o assassinato do líder comunitário Zé Maria do Tomé. Porém, podemos lembrar de vários casos de morte de trabalhadores envolvendo militantes dos movimentos sociais, líderes comunitários e sindicalistas, das quais tivemos o conhecimento durante nossas entrevistas. Dentre esses casos, a morte de Zé Maria, por sua vez, foi a que mais conseguiu projetar os conflitos sociais em torno do agronegócio da fruticultura.

BIOGRAFIAS DE RESISTÊNCIA: ZÉ MARIA DO TOMÉ

Em Abril de 2010, a manchete do Jornal O Povo (22/04/2010) anunciava: “Líder comunitário é executado com 18 tiros em Limoeiro do Norte”. O líder em questão era José Maria Filho, mais conhecido por Zé Maria do Tomé morto no dia 21 de Abril⁴ de 2010 na estrada que leva ao distrito de Tomé, município de Quixeré, onde residia sua família. Esse poderia ter sido apenas mais um crime de pistolagem no Baixo Jaguaribe (Foto 1). Contudo, o assassinato motivado por questões socioambientais envolvendo o controle da terra e da água, bem como conflitos trabalhistas, garantiu a repercussão nacional e internacional do caso. Desse modo, tomando o assassinato de Zé Maria como exemplo, podemos perguntar: Seria a morte de mais um líder comunitário apenas uma dimensão atávica da violência histórica no campo brasileiro?



Foto 1: Manifestações no ato de 2 anos da morte de Zé Maria.
Fonte: Juscelino E. Bezerra. Distrito de Tomé, Quixeré (CE), 2012.

Zé Maria era tido na região como uma das principais lideranças políticas pela sua atuação como presidente da Associação Comunitária São João do Tomé e da Associação dos Desapropriados Trabalhadores Rurais Sem Terra da Chapada do Apodi. A sucessão de denúncias realizadas por Zé Maria e vinculadas pela mídia parecia proclamar o desfecho de mais

⁴ O dia da morte de Zé Maria serviu de inspiração para que a articulação entre movimentos sociais, pastorais sociais, sindicatos e universidades formasse o Movimento 21. O objetivo do Movimento 21 é o combate ao agronegócio e a valorização do modo de vida camponês.

um grave caso de violência no campo. A cronologia dos fatos políticos revela a morte anunciada de Zé Maria, traço comum nos crimes de mando envolvendo lideranças comunitárias nos conflitos fundiários.

Um dos primeiros registros⁵ da participação de Zé Maria em denúncias relacionadas aos conflitos por terra e que extrapolou a escala local de atuação política foi no ano de 2008. Em matéria divulgada pelo jornal Diário do Nordeste (07/04/2008), intitulada “Perímetro é motivo de disputa de terras”, Zé Maria denunciava a expulsão dos pequenos produtores das terras do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Na ocasião, mais de 100 agricultores, ex-irrigantes destacavam o avanço ilegal⁶ das empresas do agronegócio nas terras dos perímetros. Ainda em 2008, Zé Maria compareceu na página do Jornal Diário do Nordeste (29/04/2008) cujo título foi “Aumentam casos de câncer”. Dessa vez, a denuncia de Zé Maria dizia respeito à contaminação da água e do meio ambiente pela utilização indiscriminada de agrotóxicos e seu protesto foi bastante expressivo, conforme mostra a foto tirada (Foto 2) pelo autor da matéria, o jornalista, Melquíades Júnior, intitulada “José Maria mergulha em reservatório poluído e mostra embalagem de agrotóxico”.



Foto 2: Zé Maria em ação!
Fonte: Diário do Nordeste⁷

No ano de 2009, o tema do conflito fundiário voltou a ser denunciado por Zé Maria na reportagem do Jornal Diário do Nordeste (14/03/2009): “Produtores sem título de terra”. O foco da

⁵ Utilizamos para a construção deste artigo, somente citações de jornais de modo a preservar os trabalhadores com os quais obtivemos informações durante trabalho de campo. Optamos também pelas informações reproduzidas em jornais de grande circulação, uma vez que ao longo do presente texto citaremos nomes de pessoas e empresas envolvidas na morte de Zé Maria.

⁶ Na pesquisa realizada por Freitas (2010, p. 108-109), a autora analisa informações do DNOCS que evidenciam a utilização ilegal de terras do Perímetro Irrigado Jaguaribe/Apodi por instituições governamentais, pequenos, médios e grandes produtores, entre eles empresas nacionais e multinacionais.

⁷Diário do Nordeste. Aumentam casos de câncer, 29/04/2008. Disponível em <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=533175>. Acesso em: XX ago.de2012.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em www.fct.unesp.br/nera

manifestação era a necessidade de se estabelecer a regulação fundiária nas áreas dos perímetros irrigados. Com a projeção de Zé Maria como a principal voz no combate ao avanço dos agrotóxicos na região do Baixo Jaguaribe, sua participação nos diversos atos políticos se intensificou. Destacamos a participação do líder em nossas atividades de trabalho de campo durante conversa com sessenta alunos da graduação em Geografia da UNESP/ Presidente Prudente, e logo depois, na audiência pública realizada em Limoeiro do Norte, no dia 27 de outubro de 2009, para discutir a proibição das atividades de pulverização aérea.

A audiência foi marcada por um debate acalorado entre lideranças comunitárias, professores universitários, representantes de órgãos públicos, políticos e empresários do setor da fruticultura. A partir da análise da ata da audiência, torna-se claro o conflito estabelecido entre empresários e os moradores da Chapada. Os primeiros alegaram que a proibição da pulverização poderia gerar um impacto extremamente negativo no combate às doenças na cultura da banana, portanto poderia trazer prejuízos aos negócios das empresas e para a economia local. Outro ponto destacado por eles foi quanto aos empregos, pois o gerente de uma fazenda multinacional europeia afirmou que caso a Câmara de Vereadores decidisse acatar a lei de proibição da pulverização, o município teria que arcar com os prejuízos sociais (passivo social da legislação). Ou seja, a empresa não iria adotar seu plano de expansão, logo a geração de empregos estaria ameaçada.

Do outro lado, os representantes das comunidades da Chapada, entre eles, Zé Maria, lembraram os casos de contaminação do ecossistema, da água utilizada para o consumo, bem como dos trabalhadores expostos à contaminação por agrotóxicos.

Os resultados da mobilização social empreendida por diversos setores da sociedade surtiram efeito, e no ano de 2009, a Câmara Municipal de Limoeiro do Norte chegou a proibir as pulverizações aéreas nas áreas agrícolas do município. Entendemos a vitória dos movimentos a partir da promulgação da lei que regulamentava o fim da pulverização como o ato político de maior destaque na luta protagonizada por Zé Maria. Não por acaso, como aponta a própria investigação, a morte de Zé Maria aconteceu pouco tempo depois da promulgação da Lei.

Para aqueles que ainda tinham dúvida sobre a escalada da violência e os atos de atrocidade moral e política que acometem a região dominada pelos interesses econômicos do agronegócio, apenas um mês após o assassinato de Zé Maria, ou seja, em maio de 2010, a Câmara de Limoeiro do Norte derrubou a lei e a pulverização aérea foi novamente autorizada no município.

Passados mais de dois anos da morte de Zé Maria, somente em agosto de 2012 tivemos acesso às informações sobre os principais acusados. Na matéria do Jornal Diário do Nordeste (29/06/2012) “MPE apresenta denúncia contra acusados em Limoeiro do Norte”, o nome de um dos acusados ganhou repercussão, trata-se de João Teixeira, maior empresário do setor da fruticultura na Chapada do Apodi, proprietário da empresa Frutacor. De acordo com matéria do jornal supracitado (16/06/2009): “Uma das maiores empresas que atuam nos perímetros

cearenses é a Frutacor, do empresário João Teixeira Júnior, conhecido como o Rei dos Perímetros.” A fama do *Rei dos Perímetros* provém do destaque de sua empresa, responsável por 60% da produção de banana na Chapada do Apodi.

A figura de empresário de sucesso trouxe repercussões relevantes nas esferas do poder econômico, tendo em vista que até o final do ano de 2012 (mesmo depois das acusações pela morte de Zé Maria) o mesmo era Presidente da Câmara Setorial das Frutas do Estado do Ceará e Presidente da União dos Agronegócios no Vale do Jaguaribe (UNIVALE).

O envolvimento de empresários na morte de Zé Maria representa um exemplo bastante pertinente da modernização do sistema de pistolagem, associada à nova configuração da Chapada do Apodi como território de expansão do agronegócio. A violência praticada no espaço rural na contemporaneidade combina, portanto, elementos do moderno e do tradicional, trazendo desafios para compreensão do que entendemos por democracia. Afinal, como que um dos maiores empregadores da região é também o suspeito do assassinato do principal líder comunitário da Chapada do Apodi? Por que a eliminação física continua sendo uma estratégia para silenciar vozes opositoras?

O autor intelectual do assassinato é, como já mencionamos, uma personagem relevante na consecução das atividades do agronegócio frutícola da região. Em entrevista⁸ realizada com o gerente da empresa, também acusado pela morte de Zé Maria, o mesmo afirma que a empresa possui no Ceará 1.160 hectares distribuídos em seis unidades de produção nos municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré e Russas. A empresa emprega, segundo o gerente, 771 trabalhadores na região. O esquema de parceria adotado pela Frutacor é o grande destaque no cenário produtivo da região. A diferença nesse modelo reside no fato de que a empresa conta com uma rede de 36 produtores integrados cuja produção é destinada para a empresa âncora. Essa última é responsável pela venda no mercado interno. O acordo prevê que os produtores parceiros devem ceder de 7% a 10% do que produzem.

Do ponto de vista das relações com os pequenos produtores, a parceria produz resultados conflitantes (MUNIZ, 2004; FREITAS, 2010). Uma vez que, a empresa se exime de qualquer responsabilidade sobre a contratação dos trabalhadores nos lotes dos parceiros, das possíveis perdas em virtude de problemas de ordem natural⁹, na queda ou desvalorização dos preços dos produtos negociados etc.

A formação de um verdadeiro monopólio compartilhado entre as principais empresas na Chapada do Apodi produziu relações de poder na qual os trabalhadores, infelizmente, ocupam posição desfavorável. A dependência dos moradores quanto aos empregos ofertados pelas empresas do agronegócio coloca-os mais uma vez num ambiente de insegurança e medo. Afinal,

⁸ Jornal Diário do Nordeste (17/04/2011).

⁹ Durante trabalho de campo, acompanhamos o caso dos pequenos agricultores cuja produção foi total ou parcialmente dizimada em virtude da ventania que assolou a Chapada do Apodi, no dia 27 de Janeiro de 2010. Os danos provocados pelos fortes ventos afetaram diretamente 102 produtores, perfazendo um total de 1.410 hectares de banana com prejuízos para a economia local em torno de 21,5 milhões de reais. Percebemos uma forte involução do mercado de trabalho local motivado pelas sucessivas demissões por parte dos produtores de banana.

o empregador, ou seja, aquele que assina a carteira de trabalho objeto de desejo de muitas famílias, pode ser o mesmo que fecha o contrato para encomendar o assassinato de lideranças comunitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso último trabalho de campo¹⁰ no Baixo Jaguaribe, tivemos a oportunidade de participar das manifestações pelos dois anos da morte de Zé Maria. Na ocasião, pudemos observar o alcance do medo na comunidade, pois os moradores afirmaram estar receosos em ir a qualquer tipo de reunião que discuta os problemas da comunidade, sobretudo após a morte de Zé Maria. Há uma espécie de vigilância mútua entre cada morador.

Mesmo diante do contexto apresentado, conseguimos obter relatos valiosos sobre os problemas que afligem a comunidade. Nesse sentido, percebemos que os problemas denunciados por Zé Maria continuam presentes e preocupando a população. Mais uma vez, a questão da contaminação e da qualidade da água mereceu destaque. Lembrava a moradora: quando poderemos abrir a torneira e termos certeza de que a água não está contaminada?

Uma reivindicação que nos parece simples continua a atormentar os moradores da Chapada. Por essa e outras razões, é que a saúde do ambiente e dos trabalhadores ganhou tanta relevância, a ponto de afirmarmos que o tema da saúde no Baixo Jaguaribe tornou-se uma bandeira de luta social, realizada não só por Zé Maria, mas por todos aqueles que estão direta ou indiretamente ameaçados pela presença das empresas que se utilizam de agrotóxicos. Desse modo, é importante nos indagarmos sobre como as regiões de forte presença do agronegócio transformaram em regiões de vulnerabilidade para a saúde e quais os principais impactos para os trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRA, César. Matadores de Aluguel: códigos e mediações. Na Rota de uma Pesquisa. **Revista de Ciências Sociais (Fortaleza)**, v. 37, p. 41-52, 2006.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. 2012. 376p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. A pesquisa no encontro da violência: agronegócio e morte no Estado do Ceará. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, p. 2 - 3, 09 jun. 2010.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste**. 2008. 259p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

CAVALCANTE, Peregrina Fátima Capelo. **Como se fabrica um pistoleiro**. São Paulo-SP: A Girafa, 2004.

¹⁰ Trabalho de campo organizado pela equipe do Núcleo TRAMAS da Universidade Federal do Ceará e do Movimento 21 com a participação de membros do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho da UNESP/Presidente Prudente no mês de Abril de 2012, no qual conseguimos reunir cerca de 35 moradores para discutir ações de pesquisa na comunidade.

CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo **Modernização da agricultura e urbanização em Limoeiro do Norte**: transformações socioespaciais. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

DE PAULA, R. H. A. Matadores. A construção social e simbólica de identidades violentas. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, p. 61-90, 2010.

DIAS, Leonardo Guimarães Vaz. A Guerra dos Bárbaros: manifestações das forças colonizadoras e da resistência nativa na América portuguesa. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, v.5, n.1, p.4-18 2001.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Org.). **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. 1 ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006a, v. 01, p. 25-83.

ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA** (UNESP), Presidente Prudente (SP), v. 1, n.8, p. 29-51, 2006b.

ELIAS, Denise. A Modernização da Produção Agropecuária. In: Denise de Souza Elias. (Org.). **O Novo Espaço da Produção Globalizada**: o Baixo Jaguaribe (Ce). 1ªed.Fortaleza: Funece, 2002, v., p. 281-355.

FREITAS, Bernadete M. C. **Marcas da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 181p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

GOMES, Iara Rafaela. **Agricultura e urbanização**: novas dinâmicas territoriais do nordeste brasileiro. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais. **Revista de História (USP)**, n. 154, p.37-69,2006.

MARTINA, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MUNIZ, Alessandra Maria Vieira. **Reestruturação produtiva e trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe**: mudanças, permanências, desafios e tendências. 2004. 318f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/ Museu Nacional, 2006.

PUNTONI, Pedro. A guerra dos bárbaros. São Paulo: Fapesp/Hucitec/Edusp, 2002.

RIGOTTO, Raquel (Org.), **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, p.391-413, 2011.

SANTOS, Francisco Kennedy Silva dos. **Políticas Públicas e Reorganização do Espaço**: o caso do Perímetro Irrigado de Morada Nova (CE). 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

SOARES, H.S. Elementos para uma geografia histórica do baixo Jaguaribe: as transformações do espaço agrário regional. **Revista Propostas Alternativas** do Instituto da Memória do Povo Cearense. Fortaleza, p.5 - 10, 2000.